



**Informação Financeira
Intercalar Consolidada
31 de março de 2015**

LUZ SAÚDE



Índice

01. Relatório de Gestão Consolidado	2
02. Anexo ao Relatório de Gestão Consolidado	15
03. Demonstrações Financeiras Consolidadas	17
04. Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas	21

Relatório de Gestão Consolidado

SUMÁRIO

No primeiro trimestre de 2015, a Luz Saúde manteve a sua trajetória de crescimento, quer a nível do segmento de cuidados de saúde privados quer do segmento de cuidados de saúde públicos:

- Aumento dos rendimentos operacionais consolidados em 5,3% face ao primeiro trimestre de 2014, para €107,1 milhões (5,6% de crescimento no segmento privado e 4,6% no segmento público);
- EBITDA consolidado de €15,4 milhões, com margem EBITDA de 14,4%, face a 15,2% no período homólogo de 2014 (14,2% em 2014);
- Resultado líquido atribuível aos acionistas da Luz Saúde de €5,3 milhões, representando um crescimento de 15% face ao período homólogo (€4,6 milhões);
- Investimento total de €3,9 milhões, dos quais €2,0 milhões representam investimento de expansão de capacidade, nomeadamente, no Hospital da Luz (finalização das obras de expansão do parque de estacionamento) e na Clínica de Oeiras (conclusão da aquisição do terreno para construção de área de expansão);
- Redução da dívida líquida em €20,4 milhões (-10% face ao final de 2014) para €185,6 milhões, atingindo um rácio anualizado de dívida líquida sobre EBITDA de 3,0 vezes, (face a 3,6 no final de 2014);
- A Luz Saúde continua a aguardar desde o início de 2014 a decisão do Estado relativamente ao reconhecimento do direito do Hospital Beatriz Ângelo ao financiamento das prestações de saúde adicionais realizadas no âmbito dos cuidados em regime de ambulatório aos doentes VIH/SIDA. Este direito é reconhecido aos hospitais do SNS tendo sido também aplicado à Parceria Público-Privada do Hospital de Braga desde 2013, após visto do Tribunal de Contas.
- Em abril, a Luz Saúde informou que, no âmbito do processo de insolvência da Casa de Saúde de Guimarães, S.A., tem vindo a analisar e a negociar termos e condições que visam a realização de um investimento, tendo em vista, em particular, a exploração de duas unidades de saúde da Sociedade - o Hospital Privado de Guimarães e o Clíhotel de Gaia - por uma entidade pertencente ao Grupo Luz Saúde.

DESEMPENHO GLOBAL

Demonstração de Resultados Consolidados

(Milhões de Euros)	1º T 2014 ¹	1º T 2015 ¹	Var.
Rendimentos operacionais	101,6	107,1	5,3%
Custos operacionais	(86,2)	(91,5)	6,2%
EBITDA	15,4	15,4	0,0%
Margem EBITDA	15,2%	14,4%	-0,8 p.p,
Depreciação e Amortizações	(7,1)	(6,1)	-13,7%
EBIT	8,4	9,3	11,5%
Margem EBIT	8,2%	8,7%	0,5 p.p,
Resultados financeiros	(2,0)	(2,2)	10,6%
EBT	6,4	7,1	11,8%
Impostos	(1,8)	(1,8)	1,0%
Resultado líquido	4,6	5,3	15,9%
Resultado atribuível aos interesses que não controlam	(0,02)	0,02	-
Resultado líquido atribuível aos acionistas da Luz Saúde	4,6	5,3	14,9%
EPS (Euro)	0,050	0,055	10,0%

¹ Valores não auditados

No primeiro trimestre de 2015, a Luz Saúde aumentou os seus rendimentos operacionais consolidados em 5,3% face ao período homólogo, atingindo os €107,1 milhões, impulsionados pelo crescimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados (+5,6%) e do Hospital Beatriz Ângelo no segmento de cuidados de saúde públicos (crescimento de 4,6%).

O EBITDA atingiu os €15,4 milhões nos primeiros três meses de 2015 e a margem EBITDA foi de 14,4%, um decréscimo de 0,8 p.p. face ao primeiro trimestre de 2014 (+0,2 p.p. face ao final de 2014). Este desempenho foi justificado por algumas reduções de preços em determinados atos médicos e/ou entidades pagadoras e pelo aumento de custos com consumíveis clínicos e fármacos no segmento privado, fruto do aumento de peso de especialidades como Oncologia e Ortopedia e pela redução de margem EBITDA no segmento público, explicada pelo ajustamento realizado a nível da contabilização dos rendimentos operacionais (detalhado em seguida).

Apesar da redução da margem EBITDA, o decréscimo do valor das amortizações e da taxa efetiva de imposto conduziu a um resultado líquido atribuível aos acionistas de €5,3 milhões, representando um aumento de 14,9% face ao período homólogo.

Demonstração da Posição Financeira Consolidada

(Milhões de Euros)	2014 Dez	2015 Mar ¹
Ativo fixo	353,0	350,8
Fundo de maneiio	34,7	21,9
Capital acionista	181,7	187,1
Dívida líquida	206,0	185,6
Dívida líquida / EBITDA	3,6	3,0

¹ Valores não auditados

No primeiro trimestre de 2015, o CAPEX consolidado da Luz Saúde foi de €3,9 milhões, dos quais €2,0 milhões representam investimento de expansão, nomeadamente na expansão do Hospital da Luz e da Clínica de Oeiras. Os restantes €1,9 milhões corresponderam a investimentos de reposição e atualização tecnológica, distribuídos pelas várias unidades do Grupo, representando 1,7% dos rendimentos operacionais consolidados.

No final dos primeiros três meses de 2015, a dívida líquida consolidada da Luz Saúde totalizava €185,6 milhões, representando uma redução de €20,4 milhões face ao valor de final de ano de 2014, devida principalmente à geração de fluxos de caixa operacionais das diversas unidades do Grupo, combinada com uma melhoria dos níveis de fundo de maneiio. O rácio dívida líquida / EBITDA atingiu 3,0 vezes, face a 3,6 no final de 2014.

RENDIMENTOS OPERACIONAIS

Rendimentos operacionais por segmento

(Milhões de Euros)	1º T 2014 ¹	1º T 2015 ¹	Var.
Rendimentos operacionais consolidados	101,6	107,1	5,3%
Cuidados de saúde privados	77,8	82,2	5,6%
Cuidados de saúde públicos	23,1	24,2	4,6%
Outras atividades	0,8	0,9	5,3%
Centro corporativo	3,2	3,6	10,6%
Eliminações	(3,3)	(3,8)	12,7%

¹ Valores não auditados

No primeiro trimestre de 2015, os rendimentos operacionais da Luz Saúde atingiram os

€107,1 milhões, um crescimento de 5,3% em relação ao período homólogo.

Os rendimentos operacionais do segmento de cuidados de saúde privados totalizaram €82,2 milhões, 5,6% acima do período homólogo. Este crescimento foi impulsionado por um aumento generalizado da atividade, quer ambulatória quer de internamento, atenuado por algumas reduções de preços em determinados atos médicos e/ou entidades pagadoras.

Os rendimentos operacionais do segmento de cuidados de saúde públicos (Hospital Beatriz Ângelo) atingiram os €24,2 milhões, crescendo 4,6% face ao período homólogo. Este crescimento foi justificado sobretudo pelo aumento da atividade cirúrgica.

O segmento de outras atividades (atualmente composto pelas residências sénior) obteve €0,9 milhões de rendimentos operacionais, um crescimento de 5,3% em relação ao período homólogo.

RESULTADOS

EBITDA e margem EBITDA consolidados

	1º T 2014 ¹		1º T 2015 ¹		Var.
	€ milhões	Margem	€ milhões	Margem	
EBITDA consolidado	15,4	15,2%	15,4	14,4%	0,0%
Cuidados de saúde privados	15,3	19,6%	15,8	19,2%	3,4%
Cuidados de saúde públicos	0,6	2,6%	0,3	1,3%	-46,6%
Outras atividades	(0,0)	-2,7%	(0,0)	-3,6%	-40,3%
Centro corporativo	(0,4)	N.A.	(0,6)	N.A.	N.A.

¹ Valores não auditados

O EBITDA consolidado da Luz Saúde foi de €15,4 milhões e a margem EBITDA decresceu de 15,2% no primeiro trimestre de 2014 para 14,4% em 2015.

No segmento privado, a margem EBITDA decresceu de 19,6% no primeiro trimestre de 2014 para 19,2% em 2015. Esta evolução deveu-se ao já referido efeito de redução de preços nalgumas áreas e pagadores e ao aumento do peso nos rendimentos operacionais dos custos com consumíveis clínicos e fármacos, fruto do crescimento de atividade de especialidades como Oncologia e Ortopedia. Estas especialidades apresentam níveis de consumo mais elevados de fármacos e materiais protéticos, respetivamente, com custos unitários mais elevados.

No segmento público (HBA), a margem EBITDA decresceu de 2,6% para 1,3%, como resultado do ajustamento do método de contabilização dos rendimentos operacionais. A partir de 2015 passou a refletir-se mensalmente, face ao cumprimento dos níveis de atividade contratados, o efeito de redução de preço aquando da passagem ao segundo escalão. Esta passagem ocorre quando o hospital atinge 95% do nível de atividade contratado para o Internamento e/ou 100% para a Urgência, tendo em 2014 apenas sido reconhecida nos dois últimos meses do ano, quando esses níveis foram ultrapassados.

Apesar da margem EBITDA positiva, esta unidade mantém a situação deficitária, com um resultado operacional negativo de €0,9 milhões.

POSIÇÃO FINANCEIRA

(Milhões de Euros)	2014 Dez	2015 Mar ¹		2014 Dez	2015 Mar ¹
Ativos fixos tangíveis	256,0	253,9	Capital e prémios de emissão	157,1	157,1
Ativos fixos intangíveis	95,5	95,4	Reservas e resultados transitados	24,6	30,0
Outros	1,5	1,5	Capital acionista	181,7	187,1
Ativos fixos	353,0	350,8	Empréstimos bancários não-correntes	155,0	153,8
Inventários	7,7	7,6	Empréstimos bancários correntes	43,2	32,6
Clientes	122,8	120,7	Locações financeiras não-correntes	19,9	18,6
Fornecedores	(84,2)	(93,5)	Locações financeiras correntes	8,6	8,0
Outros	(11,6)	(12,9)	Caixa e equivalentes de caixa	(20,7)	(27,4)
Fundo de maneo	34,7	21,9	Dívida líquida	206,0	185,6
Ativos fixos + Fundo de maneo	387,7	372,7	Capital acionista + Dívida líquida	387,7	372,7

¹ Valores não auditados

A nível dos ativos fixos, o CAPEX consolidado da Luz Saúde atingiu €3,9 milhões, conduzindo a um total dos ativos fixos de €351 milhões no final do período em análise, explicado pela estratégia da empresa de detenção da maioria dos seus ativos, com um património imobiliário significativo, que integra quer as unidades de cuidados de saúde que opera, quer os terrenos onde as referidas unidades se localizam.

O fundo de maneo decresceu para €21,9 milhões (redução de €12,8 milhões), principalmente devido à regularização no início de 2015 do atraso no pagamento relativo aos dois últimos meses do ano por parte da ADSE e do pagamento relativo ao valor da atividade do HBA em 2013 realizada acima da quantia paga mensalmente pelo Estado (90% do valor da atividade contratada). As regularizações referidas conduziram a uma

redução do prazo médio de recebimentos para 103 dias (face aos 112 verificados no final de 2014).

O capital acionista aumentou cerca de €5,4 milhões, devido ao resultado líquido gerado no primeiro trimestre de 2015.

No final dos primeiros três meses de 2015, a dívida financeira consolidada totalizava €213,0 milhões, com €186,4 milhões em empréstimos bancários e €26,6 milhões em contratos de locação financeira. Os empréstimos bancários eram constituídos por programas de curto e médio-longo prazo de papel comercial (€158 milhões), empréstimos de médio a longo prazo (€23 milhões) e linhas de crédito de curto prazo (€5 milhões), com uma maturidade média de 3 anos. A dívida líquida consolidada da Luz Saúde totalizava €185,6 milhões, representando uma redução de €20,4 milhões face ao valor de final de ano de 2014, devida principalmente à geração de fluxos de caixa operacionais das diversas unidades do Grupo, combinada com uma melhoria dos níveis de fundo de manuseio. O rácio dívida líquida / EBITDA atingiu 3,0 vezes, face aos 3,6 verificados no final de 2014.

PERSPETIVAS PARA 2015

Em 2015, é esperado que a economia Portuguesa melhore os níveis de crescimento do PIB (1,5% de acordo com o Banco de Portugal). No entanto, existem ainda diversos fatores que poderão influenciar a retoma da economia, sendo os mais relevantes o elevado nível de desemprego e a elevada carga fiscal.

O mercado de seguros de saúde em Portugal tem continuado a sua trajetória histórica de crescimento, com um crescimento de 5% no valor dos prémios no primeiro trimestre de 2015, face ao período homólogo, para cerca de 150 milhões de euros, apesar do ambiente económico vivido. Este aumento do nível de prémios foi acompanhado por um aumento da taxa de sinistralidade de 74,8% no primeiro trimestre de 2014 para 77,8% em 2015. Considerando a evolução do sistema de saúde em Portugal, estima-se que estas tendências se mantenham em 2015. Relativamente ao principal subsistema de saúde (ADSE), o aumento da contribuição dos beneficiários foi aprovado pelo Tribunal Constitucional, o que permite garantir a autossustentabilidade do sistema pelos seus beneficiários.

No setor da saúde, a Luz Saúde acredita que o setor público continuará sob pressão significativa a nível do financiamento disponível, que poderá ter implicações sobre os níveis de acesso, grau de modernização dos hospitais públicos e motivação dos colaboradores.

Em 2015, a Luz Saúde irá manter o enfoque em alavancar a elevada procura que se verifica pelos seus serviços no segmento privado de cuidados de saúde, com o objetivo de

continuar a melhorar a utilização da capacidade instalada, o turnover dos ativos e, em consequência, a rentabilidade global. Em simultâneo, a empresa prosseguirá com os planos de expansão da sua capacidade instalada, nomeadamente no Hospital da Luz, no Hospital da Arrábida e no Hospital da Luz - Clínica de Oeiras. Adicionalmente, a Luz Saúde irá manter-se ativa na análise de oportunidades de consolidação no mercado nacional, focando-se em unidades de pequena/média dimensão que pelas suas características permitam complementar a oferta do Grupo e aumentar a sua área de captação.

No segmento de cuidados de saúde públicos, o Grupo estará focado na manutenção dos níveis elevados de crescimento da atividade e na implementação de iniciativas de aumento de eficiência, a fim de melhorar os níveis de rentabilidade do Hospital Beatriz Ângelo.

O Grupo aguarda desde o início de 2014 uma resposta por parte da Entidade Pública Contratante relativamente ao reconhecimento do direito do Hospital Beatriz Ângelo ao financiamento das prestações de saúde adicionais realizadas no âmbito dos cuidados em regime de ambulatório aos doentes VIH/SIDA. Este direito é reconhecido aos hospitais do SNS tendo sido também aplicado à Parceria Público-Privada do Hospital de Braga desde 2013, após obtenção de visto do Tribunal de Contas. Trata-se de uma medida com um impacto financeiro significativo no financiamento dos hospitais. No caso particular do Hospital Beatriz Ângelo, o reconhecimento deste direito representaria um impacto estimado de €2,2 milhões em 2014. Adicionalmente, iniciou-se a arbitragem que opõe a sociedade gestora do Hospital Beatriz Ângelo à Entidade Pública Contratante, relativa ao financiamento dos montantes despendidos com o pagamento aos médicos em formação (internos) colocados no Hospital pela ARS Lisboa e Vale do Tejo.

Relativamente à expansão internacional da Luz Saúde, o Grupo prossegue com o desenvolvimento do projeto de um novo hospital privado em Luanda de acordo com o plano previsto. Em simultâneo, foi iniciada a análise de expansão para outras geografias, no contexto do novo quadro acionista Fidelidade/Fosun.

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA A ESPÍRITO SANTO SAÚDE

A Luz Saúde gere os seus riscos tendo como prioridade a deteção e cobertura dos riscos que possam ter um impacto negativo materialmente relevante nos resultados e nos capitais próprios, ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento do negócio.

Os principais riscos identificados são de ordem operacional e financeira. A política do Grupo engloba a tomada das medidas julgadas necessárias para a cobertura ou minimização desses riscos.

No que diz respeito aos riscos de ordem operacional, de notar que:

Todos os rendimentos da Luz Saúde têm origem em operações localizadas em Portugal, pelo que os resultados operacionais são afetados pelos desenvolvimentos financeiros, económicos e políticos no país

As condições macroeconómicas adversas em Portugal acentuaram os problemas orçamentais no setor público, o que tem conduzido a uma forte pressão sobre os gastos do Estado com o Serviço Nacional de Saúde. Apesar de parte substancial da atividade do Grupo Luz Saúde estar concentrada no segmento de cuidados de saúde privados, o mesmo encontra-se exposto ao Serviço Nacional de Saúde, principalmente através do Hospital Beatriz Ângelo, o qual operamos em parceria com o Estado.

Por outro lado, e tendo em conta que uma parte importante dos rendimentos do Grupo Luz Saúde é gerada através dos planos de saúde privados dos funcionários públicos, a alteração das condições dos planos de saúde destes beneficiários (onde se incluem os funcionários de entidades públicas, reformados e quaisquer dependentes dos funcionários públicos) poderá ter efeito na atividade do Grupo. Não obstante, o aumento da contribuição dos beneficiários aprovado pelo Tribunal Constitucional permite garantir a autossustentabilidade do sistema pelos seus beneficiários.

Para além do efeito que a contração económica tem de forma direta sobre o Estado, esta tem estado na origem da manutenção do atual nível de desemprego, da contração dos rendimentos no setor público e privado, assim como da dificuldade em aceder a crédito, entre outros aspetos.

No entanto, e contrariamente às tendências macroeconómicas, as unidades do Grupo Luz Saúde têm demonstrado uma enorme resiliência face ao contexto adverso que o País atravessa, sendo também de salientar que ao longo deste período se continuou a assistir a um crescimento real do mercado privado de seguros de saúde.

Concorrência no setor dos serviços de saúde em Portugal

A concorrência entre hospitais e outros prestadores de cuidados de saúde por pacientes e clientes intensificou-se nos últimos anos, como resultado, em grande parte, de um certo grau de consolidação do setor. O Grupo enfrenta também concorrência de outros prestadores de serviços de saúde, tais como hospitais públicos, clínicas independentes, centros em regime de ambulatório e centros de diagnóstico, e pode enfrentar ainda a concorrência de sociedades de cuidados de saúde internacionais, que podem começar a prestar, no futuro, serviços de saúde em Portugal.

Os hospitais competem em fatores como reputação, excelência clínica, tecnologia, satisfação dos clientes e preço. A capacidade de recrutar médicos e outros profissionais de saúde experientes, tais como enfermeiros e técnicos de elevada qualidade, é fundamental

para a capacidade do Grupo em atrair e manter clientes.

Num cenário de crescente nível de concorrência, e com o objetivo de reforçar a sua posição de destaque no mercado, o Grupo deverá continuar (1) a apostar no recrutamento de médicos e outros profissionais de saúde experientes de elevada qualidade; bem como (2) a melhorar de forma contínua as suas instalações com os mais recentes avanços tecnológicos de equipamento de diagnóstico e cirúrgico.

Por outro lado, a transposição para o ordenamento jurídico nacional da diretiva europeia sobre cuidados de saúde transfronteiriços, a qual estabelece regras de acesso e consagra o direito ao reembolso dos custos de cuidados de saúde incorridos noutros Estados-membros, até ao limite da assunção de custos que esse Estado teria assumido se os cuidados tivessem sido prestados no seu território, poderá representar uma oportunidade para o Grupo Luz Saúde, já que as nossas unidades poderão receber cidadãos da união Europeia, aos quais temos as condições de oferecer qualidade clínica a preços competitivos, especialmente quando comparados com as principais referências europeias a nível de cuidados de saúde.

Pressão sobre os preços por parte das empresas de seguros de saúde e de planos de saúde

De forma a mitigar o efeito da pressão exercida pelas seguradoras e pelos planos de saúde privados, o Grupo Luz Saúde procura acompanhar de forma sistemática as mais recentes evoluções a nível tecnológico e clínico, no sentido de dotar o seu portfolio clínico de serviços e produtos, equipamentos e técnicas diferenciadoras e de maior valor acrescentado. Este posicionamento, juntamente com a dimensão e cobertura abrangente do Grupo em termos geográficos, fazem parte da proposta de valor que é disponibilizada à sua base de clientes e que lhe tem permitido minimizar as reduções de preços que se têm feito sentir ao longo dos últimos anos em algumas das suas áreas de negócio.

A Luz Saúde gere o Hospital Beatriz Ângelo em parceria com o Estado

A Luz Saúde gere o Hospital Beatriz Ângelo através da SGHL ao abrigo de um contrato de Parceria Público-Privada com o Estado Português. A HL-SGE, na qual a Sociedade detém uma participação de 10%, é também parte do Acordo de PPP e é responsável pela construção (agora completa) e gestão do edifício do Hospital Beatriz Ângelo e das respetivas instalações.

Nos termos do Contrato de PPP, a SGHL está obrigada a prestar cuidados de saúde no âmbito do SNS, através do Hospital Beatriz Ângelo, pelo período de 10 anos, contados a partir da entrada em funcionamento do Hospital Beatriz Ângelo (a 19 de janeiro de 2012). O período de duração do Contrato de PPP pode ainda ser renovado por mútuo acordo por

períodos sucessivos, sendo que cada período não pode ultrapassar 10 anos. Sem prejuízo, a duração total do Contrato de PPP, incluindo o período inicial e quaisquer períodos adicionais, não pode exceder 30 anos contados da data de produção de efeitos do Contrato de PPP (i.e., a partir de 31 de dezembro de 2009).

No que diz respeito à gestão do Hospital, o Acordo de PPP regula as relações entre o Estado e a SGHL, define os preços e as formas de pagamento, os parâmetros de qualidade, deveres de comunicação e informação, níveis de cumprimento (clínicos e não clínicos), as regras de funcionamento do hospital (por exemplo, recursos humanos) e outras obrigações e responsabilidades de cada parte e sanções em caso de não-cumprimento das obrigações contratuais.

Além disso, o Acordo de PPP estabelece que os volumes anuais de tratamento de pacientes do Hospital Beatriz Ângelo (definidos por referência a consultas médicas, atendimentos de emergência e serviços de internamento e de ambulatório cirúrgicos e não cirúrgicos) são acordados através de um processo de negociação anual entre o ministério da Saúde e a administração do hospital, com base em informação histórica respeitante à procura por serviços de saúde públicos pela população da área de influência do Hospital. No entanto, de notar que o referido nível de produção é definido com base em dados históricos relacionados com os níveis de procura por serviços públicos de saúde por parte da população que vive na área de captação do Hospital.

Por outro lado, os preços a praticar pelo Hospital ao SNS estão contratualmente acordados e são ajustados anualmente pelo crescimento verificado ao nível da inflação.

O Acordo de PPP prevê ainda que no início de cada mês o Estado tenha que pagar 90% de 1/12 do valor anual de produção contratada (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que pode incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) é liquidado no decurso do exercício seguinte.

Determinados contratos de financiamento celebrados pela Sociedade e algumas das suas subsidiárias contêm cláusulas de mudança de controlo societário (change of control provisions).

Determinados contratos de financiamento, nos quais a Sociedade e algumas das suas subsidiárias são partes, contêm cláusulas de mudança de controlo societário (change of control provisions) que obrigam a que seja mantida uma posição de controlo, direto ou indireto, na Sociedade. Algumas destas cláusulas de mudança de controlo podem ser acionadas se a participação direta ou indireta descer abaixo dos 51% do capital social da Sociedade, ou se a participação direta ou indireta descer abaixo dos 51% do capital social e

dos direitos de voto da Sociedade, ou se deixar de ser detida, direta ou indiretamente, a maioria do capital social e dos direitos de voto da Sociedade. Existe apenas um contrato que contém uma cláusula de mudança de controlo societário, prevendo a mesma que o contrato pode ser resolvido se o atual acionista maioritário deixar de deter, direta ou indiretamente, pelo menos dois terços do capital social e/ou dos direitos de voto da Luz Saúde.

No caso de estas cláusulas serem acionadas e se a Sociedade for incapaz de obter financiamento para o pagamento antecipado dessa dívida, tal poderá ter um efeito materialmente adverso nos negócios, condição financeira, resultados operacionais ou perspectivas futuras da Sociedade. Para além disso, as cláusulas de mudança de controlo societário destes contratos podem limitar a capacidade da Sociedade para angariar capital no futuro ou procurar financiamento adicional, o que pode limitar a flexibilidade operacional da Sociedade e as suas perspectivas futuras de expansão.

No que diz respeito aos riscos de natureza financeira, o Grupo apresenta uma exposição aos seguintes tipos de riscos como resultado da utilização de instrumentos financeiros:

- (i) risco de crédito
- (ii) risco de liquidez
- (iii) risco de mercado

Risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento de um cliente relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade. É efetuada uma gestão permanente das carteiras de clientes e dos seus saldos em aberto.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas, tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos associados à fase de aceitação de clientes e de definição de limites de crédito, como ao nível dos procedimentos e circuitos de cobrança.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas por incobrabilidade, é efetuado regularmente pelas Direções Operacional e Financeira. São igualmente objeto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados.

A exposição do Grupo ao risco de crédito prende-se essencialmente com os saldos a receber decorrentes da sua atividade operacional e é influenciado pelas características individuais de cada cliente. As características demográficas e geográficas dos clientes não influenciam significativamente o risco de crédito de cada cliente.

O Grupo definiu uma política de crédito segundo a qual cada novo cliente é analisado individualmente do ponto de vista do seu risco de crédito previamente à sua aceitação como cliente. Esta revisão passa por análise de informação externa e, quando disponível, referências de terceiros relativamente à entidade.

Os ajustamentos para saldos a receber são estimados em função das perdas estimadas na carteira, tendo por base uma análise de cada uma das posições em aberto à data da análise.

Ao abrigo do sistema de pagamentos em vigor no Hospital Beatriz Ângelo, no início de cada mês o Estado paga 90% de 1/12 do valor contratado de produção anual (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que poderá incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) é liquidado no decurso do exercício seguinte. De salientar que, até à data, este mecanismo contratual, nomeadamente a realização dos acima mencionados pagamentos mensais, tem sido cumprido pelo Estado.

Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da incapacidade potencial de financiar os ativos do Grupo, ou de satisfazer as responsabilidades contratadas nas datas de vencimento. A gestão da liquidez encontra-se centralizada na Direção Financeira. Esta gestão tem como objetivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo. Para avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem identificar as ruturas pontuais de tesouraria e acionar mecanismos tendentes à sua cobertura.

A 31.12.2014, o valor das linhas contratadas (incluindo programas de papel comercial) por utilizar era de aproximadamente 22,8 milhões de euros. De referir ainda que se encontram classificadas no passivo corrente as emissões de papel comercial cujos programas não incluem nenhuma cláusula de garantia de subscrição, embora seja expectável que os bancos organizadores e colocadores conseguirão obter os fundos necessários junto dos seus canais de distribuição.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços dos mercados, como câmbios de moedas estrangeiras, taxas de juro ou a evolução das bolsas de valores, possam afetar os resultados do Grupo e a sua posição financeira. Dado que o Grupo não se encontra exposto a riscos cambiais ou de mercados de valores mobiliários, o objetivo das suas

políticas de gestão de riscos de mercado passam essencialmente pela monitorização da evolução das taxas de juro que influenciam os passivos financeiros remunerados, contratados com base em taxas de juro indexadas à evolução dos mercados.

Não são utilizados instrumentos financeiros de cobertura deste risco de mercado.

AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS A NEGÓCIOS ENTRE A SOCIEDADE E OS SEUS ADMINISTRADORES

Não existe qualquer autorização concedida a negócios entre a sociedade e os seus administradores nos termos do art. 397º do Código das Sociedades Comerciais.

EVENTOS SUBSEQUENTES

A 27 de abril de 2015, a Luz Saúde informou que, no âmbito do processo de insolvência da Casa de Saúde de Guimarães, S.A. (a “Sociedade”), tem vindo a analisar e a negociar termos e condições que visam a realização de um investimento, tendo em vista, em particular, a exploração de duas unidades de saúde da Sociedade - o Hospital Privado de Guimarães e o Clíhotel de Gaia - por uma entidade pertencente ao Grupo Luz Saúde.

A realização do referido investimento na Sociedade está sujeita a todas as formalidades legais e contratuais aplicáveis, incluindo as relacionadas com a aprovação em Assembleia de Credores do Plano de Insolvência da Sociedade e com a respetiva homologação judicial.

Anexo ao Relatório de Gestão Consolidado

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA A 31 DE MARÇO 2015

De acordo com o disposto no nº 5 do artigo 447º do Código de Sociedades Comerciais, a Luz Saúde, S.A. comunica não existir qualquer participação dos membros de órgãos de administração e de fiscalização no capital da empresa a 31 de março de 2015.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

O Revisor Oficial de Contas, Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., não detinha quaisquer ações, em 31 de março de 2015, não tendo realizado transações com quaisquer títulos da Luz Saúde, SA.

LISTA DE TRANSAÇÕES DE DIRIGENTES E DE PESSOAS COM ESTES ESTREITAMENTE RELACIONADAS

A Luz Saúde, SA vem, no cumprimento do número 7 do artigo 14º do Regulamento da CMVM 5/2008, informar que não se realizaram quaisquer transações pelos Dirigentes da Sociedade durante o período entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de março de 2015.

LISTA DE TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS A 31 DE MARÇO DE 2015

O capital social e direitos de voto da Sociedade a 31 de março de 2015 inclui as seguintes participações qualificadas, representativas de, pelo menos 2% do capital social da Luz Saúde, calculadas de acordo com o disposto no artigo 20.º do Cód. VM:

Lista de titulares de participações qualificadas (a 31.03.2015)	Número de Ações	Capital (%)	Direitos de voto (%)
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	93.850.853	98,23	98,23

DECLARAÇÃO EMITIDA PARA EFEITOS DA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTº 246º DO CÓDIGO VM

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Luz Saúde, S.A., cuja identificação se indica infra, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

a) As demonstrações financeiras relativas ao primeiro trimestre de 2015 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das sociedades incluídas no perímetro da consolidação;

b) O relatório de gestão expõe fielmente os acontecimentos importantes ocorridos no primeiro trimestre de 2015 e o impacto nas respetivas demonstrações financeiras e, quando aplicável, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas para os nove meses seguintes.

(Jorge Manuel Batista Magalhães Correia)

(Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz)

(Changzeng Ma)

(José Manuel Alvarez Quintero)

(Xiao Qiang Li)

(Lingjiang Xu)

(Ivo Joaquim Antão)

(João Paulo da Cunha Leite de Abreu Novais)

(José Filipe de Sousa Meira)

(Tomás Leitão Branquinho da Fonseca)

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço consolidado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Em Euros

	Notas	Mar 2015 (não auditado)	Dez 2014 (auditado)
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	8	253.896.710	256.009.328
Ativos fixos intangíveis	8	95.398.594	95.502.330
Investimentos em associadas e entidades controladas conjuntamente		1.522.503	1.473.180
Total do ativo não corrente		350.817.807	352.984.838
Inventários		7.620.777	7.709.088
Clientes	9	71.705.847	82.372.786
Outras contas a receber	9	48.995.047	40.406.204
Caixa e seus equivalentes	15	27.444.234	20.680.684
Total do ativo corrente		155.765.905	151.168.762
Total do ativo		506.583.712	504.153.600
Capital próprio			
Capital	10	95.542.254	95.542.254
Ações próprias		(205.804)	(205.804)
Prémios de emissão		61.795.793	61.795.793
Reservas		36.607.752	36.494.418
Resultados acumulados		(11.940.191)	(30.029.231)
		181.799.804	163.597.430
Resultado atribuível aos acionistas da empresa		5.296.007	18.089.040
Total do capital próprio atribuível aos acionistas da		187.095.811	181.686.470
Interesses que não controlam		1.548.462	1.525.104
Total do capital próprio		188.644.273	183.211.574
Passivo			
Provisões	12	7.982.681	8.304.076
Fornecedores	13	199.531	399.061
Empréstimos	14	149.481.565	149.420.741
Passivos por locação financeira	14	18.647.691	19.864.336
Passivos por impostos diferidos		400.152	293.965
Total do passivo não corrente		176.711.620	178.282.179
Fornecedores	13	27.262.234	28.173.687
Outras contas a pagar	13	70.383.171	61.257.156
Empréstimos e descobertos bancários	14	32.577.566	43.235.815
Imposto sobre o rendimento a pagar	13	3.006.734	1.441.138
Passivos por locação financeira	14	7.998.114	8.552.051
Total do passivo corrente		141.227.819	142.659.847
Total do passivo		317.939.439	320.942.026
Total do capital próprio e do passivo		506.583.712	504.153.600

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração consolidada do rendimento integral para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e de 2014

Em Euros

	Notas	Mar 2015 (não auditado)	Mar 2014 (não auditado)
Rendimentos e ganhos			
Rédito por serviços prestados	5	106.837.375	101.286.313
Outros rendimentos e ganhos operacionais		213.234	362.267
Outros rendimentos e ganhos financeiros		124.751	115.310
Total de rendimentos e ganhos		107.175.360	101.763.890
Gastos e perdas			
Inventários consumidos e vendidos		(15.614.349)	(14.225.875)
Materiais e serviços consumidos	6	(46.816.623)	(45.047.532)
Gastos com o pessoal	7	(28.889.237)	(26.559.128)
Gastos de depreciação e amortização	8	(6.085.948)	(7.052.498)
Outros gastos e perdas operacionais		(357.154)	(216.329)
Provisões, líquidas	12	321.394	41.667
Ajustamentos de dívidas a receber, líquidos		(271.735)	(212.346)
Juros e outros gastos e perdas financeiras		(2.358.147)	(2.135.329)
Total de gastos e perdas		(100.071.799)	(95.407.370)
Resultado antes de imposto		7.103.561	6.356.520
Imposto sobre o rendimento		(1.784.196)	(1.765.966)
Resultado líquido do período		5.319.365	4.590.554
Outro resultado integral do período		-	-
Total do rendimento integral do exercício		5.319.365	4.590.554
Resultado atribuível aos acionistas da empresa		5.296.007	4.607.546
Resultado atribuível aos interesses que não controlam		23.358	(16.992)
Resultado básico por ação	11	0,055	0,050
Resultado diluído por ação	11	0,055	0,050

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2015 e 2014

Em Euros

	Notas	Mar 2015 (não auditado)	Mar 2014 (não auditado)
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		110.783.323	84.962.349
Pagamentos a fornecedores		(60.766.861)	(53.627.747)
Pagamentos ao pessoal		(13.173.020)	(11.818.835)
Fluxo gerado pelas operações		36.843.442	19.515.767
Pagamento de imposto sobre o rendimento		(274.533)	42.545
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		(11.575.137)	(9.646.421)
Fluxo das atividades operacionais		24.993.772	9.911.891
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		364.917	-
Juros e rendimentos similares		38.627	147.034
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos a entidades controladas conjuntamente	15.2	(530.000)	(230.000)
Ativos fixos tangíveis		(2.505.899)	(2.614.871)
Ativos fixos intangíveis		(46.144)	(57.957)
Fluxo das atividades de investimento		(2.678.499)	(2.755.794)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		170.240.802	178.739.335
Realizações de capital		-	22.535.213
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(182.313.640)	(207.892.475)
Amortização de contratos de locação financeira		(2.399.479)	(2.925.296)
Juros e gastos similares		(1.079.406)	(1.626.038)
Fluxo das atividades de financiamento		(15.551.723)	(11.169.261)
Variação de caixa e seus equivalentes		6.763.550	(4.013.164)
Caixa e seus equivalentes no início do período	15.1	20.680.684	34.818.561
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.1	27.444.234	30.805.397

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio para os períodos de 3 meses findos em 31 de março de 2015 e de 2014

Em euros

	Notas	Capital	Ações próprias	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados acumulados	Resultado atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Total
Em 1 de janeiro de 2014		88.500.000	-	47.729.918	19.646.945	(28.197.942)	14.023.331	1.509.754	143.212.006
Aumento de capital		7.042.254	-	15.492.959	-	-	-	-	22.535.213
Aplicação de resultados		-	-	-	-	14.023.331	(14.023.331)	-	-
Outros aumentos de reservas		-	-	(1.077.449)	188.266	-	-	-	(889.183)
Total dos movimentos diretos no capital próprio		<u>7.042.254</u>	<u>-</u>	<u>14.415.510</u>	<u>188.266</u>	<u>14.023.331</u>	<u>(14.023.331)</u>	<u>-</u>	<u>21.646.030</u>
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	4.607.546	(16.992)	4.590.554
Em 31 de março de 2014		<u>95.542.254</u>	<u>-</u>	<u>62.145.428</u>	<u>19.835.211</u>	<u>(14.174.611)</u>	<u>4.607.546</u>	<u>1.492.762</u>	<u>169.448.590</u>
Em 1 de janeiro de 2015		95.542.254	(205.804)	61.795.793	36.494.418	(30.029.231)	18.089.040	1.525.104	183.211.574
Outros aumentos/ (diminuições) de reservas	10	-	-	-	113.334	18.089.040	(18.089.040)	-	113.334
Total dos movimentos diretos no capital próprio		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>113.334</u>	<u>18.089.040</u>	<u>(18.089.040)</u>	<u>-</u>	<u>113.334</u>
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	5.296.007	23.358	5.319.365
Em 31 de março de 2015		<u>95.542.254</u>	<u>(205.804)</u>	<u>61.795.793</u>	<u>36.607.752</u>	<u>(11.940.191)</u>	<u>5.296.007</u>	<u>1.548.462</u>	<u>188.644.273</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

LUZ SAÚDE, SA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES DO PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Montantes expressos em euros)

01. INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A ATIVIDADE DO GRUPO E ENTIDADE DE REPORTE

A LUZ SAÚDE, SA (a seguir designada LUZ SAÚDE e anteriormente conhecida como Espírito Santo Saúde SGPS, SA) é uma sociedade anónima, com sede em Lisboa, sendo a sociedade mãe de um Grupo económico que opera na área da saúde, na prestação de cuidados de saúde, incluindo a gestão de hospitais de agudos, clínicas de ambulatório, hospitais residenciais, residências sénior com serviços e um hospital do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em regime de parceria público-privado (PPP).

As ações da LUZ SAÚDE foram admitidas à negociação na Bolsa de Valores de Lisboa no dia 11 de fevereiro de 2014.

Em 17 de outubro de 2014, e na sequência de uma oferta pública para a aquisição do capital social da LUZ SAÚDE, a Fidelidade – Companhia de Seguros S.A. passou a deter uma posição de controlo de 96,067% na Sociedade, detendo em 31 de dezembro de 2014 uma participação de 98,23%. A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. é detida a 84,9861% pela Longrun Portugal, SGPS, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela Millenium Gain Limited sediada em Hong Kong. Esta última é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited (Hong Kong), a qual é detida a 100% pela Fosun International Limited, empresa listada no mercado de capitais de Hong Kong (00656.HK). Esta é detida a 79,6% pela Fosun Holdings Limited, que por sua vez é detida pela Fosun International Holdings, Ltd., cujo “ultimate beneficial owner” é o senhor Guo Guangchang, que detém 58% do capital social.

Em resultado da Assembleia Geral realizada em 9 de fevereiro de 2015 a empresa, (i) alterou a sua denominação social de Espírito Santo Saúde – SGPS, SA para Luz Saúde, SA, abandonando a forma jurídica de “Sociedade Gestora de Participações Sociais” ao abrigo do Decreto-Lei 495/88, de 30 de dezembro, (ii) alterou o seu objeto social, alargando o âmbito da sua atividade para além da gestão de participações sociais, passando a poder realizar um conjunto alargado de atividades económicas na área da saúde e áreas

relacionadas, e (iii) alterou a composição dos seus órgãos sociais.

Face a 31 de dezembro de 2014, a composição do Grupo não sofreu qualquer alteração no período de três meses findo em 31 de março de 2015.

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares, relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2015 foram aprovadas e autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2015.

02. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação e tomando por base o custo histórico, de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, em vigor em 1 de janeiro de 2015. Fazem parte daquelas normas, quer as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) emitidas pelo International Accounting Standards Committee (IASC) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e Standing Interpretation Committee (SIC). O conjunto destas normas e interpretações é designado genericamente por IFRS.

Estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares estão apresentadas de acordo com a norma IAS 34 – Relato financeiro intercalar (“IAS 34”). Consequentemente, estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas IFRS, pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros.

Durante o primeiro trimestre de 2015 foram aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) normas contabilísticas e interpretações, com aplicação em exercícios posteriores, embora seja permitido a adoção antecipada.

2.1. Novas normas ou interpretações aplicáveis ao exercício iniciado a 1 de janeiro de 2015

Resultante do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram entre outras as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias das Normas e Interpretações, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2015 que foram adotadas pelo Grupo:

Emissão	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Aplicação obrigatória nos exercícios
		iniciados em ou após
dezembro 2013	IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro (melhorias relativas ao ciclo 2011-2013)	1 janeiro 2015
dezembro 2013	IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais (melhorias relativas ao ciclo 2011-2013)	1 janeiro 2015
dezembro 2013	IFRS 13 – Mensuração pelo justo valor (melhorias relativas ao ciclo 2011-2013)	1 janeiro 2015
dezembro 2013	IAS 40 – Propriedades de Investimento (melhorias relativas ao ciclo 2011-2013)	1 janeiro 2015
dezembro 2014	IFRIC 21 – Taxas	1 fevereiro 2015

A adoção destas normas, interpretações e alterações às normas não teve impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.2. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, endossadas pela União Europeia (UE), com aplicação para exercícios com início após 1 de janeiro de 2015

Em 1 de janeiro de 2015 as seguintes melhorias das Normas e Interpretações, emitidas pela IASB, já se encontravam endossadas pela UE, contudo a sua aplicação só é obrigatória para os exercícios que se iniciem após 1 de janeiro de 2015.

Emissão	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adotada pela UE	Aplicação obrigatória nos
		exercícios iniciados em ou após
novembro 2013	IAS 19 – Planos de Benefícios definidos: Contribuições dos empregados (alterações)	1 fevereiro 2015
dezembro 2013	IFRS 2 – Pagamentos com base em ações (melhorias relativas ao ciclo 2010-2012)	1 fevereiro 2015
dezembro 2013	IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais (melhorias relativas ao ciclo 2010-2012)	1 fevereiro 2015
dezembro 2013	IFRS 8 – Segmentos operacionais (melhorias relativas ao ciclo 2010-2012)	1 fevereiro 2015
dezembro 2013	IFRS 13 – Valorização ao justo valor (melhorias relativas ao ciclo 2010-2012)	1 fevereiro 2015
dezembro 2013	IAS 16 – Ativos fixos tangíveis (melhorias relativas ao ciclo 2010-2012)	1 fevereiro 2015
dezembro 2013	IAS 38 – Ativos intangíveis (melhorias relativas ao ciclo 2010-2012)	1 fevereiro 2015

O Grupo não realizou a adoção antecipada das alterações mencionadas, e não se espera que a sua adoção venha a ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB, que não foram endossadas pela União Europeia (UE)

Em 31 de março de 2015 as seguintes Normas, revisões, alterações e melhorias das Normas e Interpretações, emitidas pela IASB, ainda se encontravam em processo de aprovação pela UE:

Emissão (IASB)	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
janeiro 2014	IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas (novo)	1 janeiro 2016
maio 2014	IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participação em empreendimentos conjuntos (alterações)	1 janeiro 2016
maio 2014	IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes (novo)	1 janeiro 2017
maio 2014	IAS 16 e 38 – Esclarecimento de métodos aceitáveis de depreciação e amortização (alteração)	1 janeiro 2016
junho 2014	IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produtos agrícolas (alterações)	1 janeiro 2016
julho 2014	IFRS 9 – Instrumentos financeiros	1 janeiro 2018
agosto 2014	IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas (alterações)	1 janeiro 2016
setembro 2014	IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas (melhorias relativas ao ciclo 2012-2014)	1 janeiro 2016
setembro 2014	IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (melhorias relativas ao ciclo 2012-2014)	1 janeiro 2016
setembro 2014	IAS 19 – Benefícios de Empregados (melhorias relativas ao ciclo 2012-2014)	1 janeiro 2016
setembro 2014	IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar (melhorias relativas ao ciclo 2012-2014)	1 janeiro 2016
dezembro 2014	IAS 1: Clarificação sobre divulgações no relato financeiro (alterações)	1 janeiro 2016
dezembro 2014	IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação	1 janeiro 2016

A adoção destas normas ou alterações não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.4. Estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Conselho de Administração do Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram similares aos divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, com exceção da determinação da estimativa de imposto sobre o rendimento, que foi estimada com base na taxa de imposto esperada para o ano de 2015.

03. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, capitais próprios, resultados e fluxos de caixa da LUZ SAÚDE e das suas subsidiárias (“Grupo”), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações

financeiras em empresas associadas, tendo as políticas contabilísticas utilizadas, sido aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares.

As políticas contabilísticas aplicadas nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e descritas nas respetivas notas.

04. RELATO POR SEGMENTOS

As principais atividades desenvolvidas pelo Grupo são agrupadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Cuidados de saúde privados;
- Cuidados de saúde públicos;
- Outras atividades;
- Holding e ACE.

O segmento de 'Cuidados de saúde privados' inclui as seguintes unidades:

- Sete hospitais vocacionados para cuidados diferenciados agudos, nomeadamente cirurgia, tratamentos em regime de internamento e diagnósticos especializados, os quais se complementam com uma forte capacidade ao nível da prestação de cuidados primários não agudos em regime de ambulatório. De destacar ainda a atividade desenvolvida ao nível da promoção e proteção da saúde, através da realização de exames de check-up e outras atuações de prevenção.
- Sete unidades ambulatoriais vocacionadas para cuidados primários não agudos, incluindo consultas externas num vasto leque de especialidades médicas e cirúrgicas, meios complementares de diagnóstico e terapêutica (nomeadamente na área da imagiologia e de análises clínicas), e atendimento médico permanente. Note-se que uma destas unidades possui a capacidade de realização de todo o tipo de procedimentos cirúrgicos em regime de ambulatório.
- Um hospital residencial, especializado na prestação de cuidados de saúde que envolvem reabilitação, convalescença médica ou pós-cirúrgica, neuro-estimulação e apoio geral nas demências (em particular no caso da doença de Alzheimer), cuidados continuados, cuidados paliativos e cuidados geriátricos, em regime de Centro de Dia ou de Internamento.
- Uma unidade de radioterapia.

O segmento de 'Cuidados de saúde públicos' inclui o Hospital Beatriz Ângelo em Loures, gerido pela subsidiária SGHL, em regime de Parceria com o Estado e fazendo parte do Sistema Nacional de Saúde. Depois de uma abertura faseada que teve início a 19 de

janeiro de 2012, o Hospital Beatriz Ângelo começou a trabalhar em pleno com a entrada em funcionamento das Urgências, no dia 27 de fevereiro do mesmo exercício. Esta unidade serve a população dos concelhos de Loures, Odivelas, Mafra, e Sobral de Monte Agraço.

O segmento de 'Outras atividades' é onde se concentram as restantes áreas de negócio onde a LUZ SAÚDE desenvolve a sua atividade. Neste segmento, o Grupo conta com duas unidades de residências sénior vocacionadas para pessoas com idade a partir dos 65 anos que procurem uma solução completa de serviços a nível hoteleiro, de lazer e de saúde, as quais funcionam numa lógica de integração e complementaridade com os hospitais residenciais e de agudos.

O segmento de 'Holding e ACE' integra, para além da gestão de participações sociais, uma entidade sob a forma de agrupamento complementar de empresas que presta, entre outros, serviços de gestão, consultoria, operacional, apoio jurídico, manutenção, negociação e aprovisionamento e marketing às unidades dos segmentos de 'Cuidados de saúde privados' e 'Outras atividades'.

A principal informação relativa aos resultados dos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 dos diversos segmentos de negócio é a seguinte:

Março 2015	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Holding e ACE	Eliminações	Consolidado
Rendimentos operacionais						
Clientes externos	82.016.163	24.172.852	873.486	54.961	(66.853)	107.050.609
Intersegmentais	165.424	-	-	3.537.477	(3.702.901)	-
Total de rendimentos operacionais	82.181.587	24.172.852	873.486	3.592.438	(3.769.754)	107.050.609
Inventários consumidos e vendidos	(10.350.050)	(5.264.239)	(60)	-	-	(15.614.349)
Materiais e serviços consumidos	(45.573.616)	(7.586.152)	(710.956)	(1.266.653)	8.320.754	(46.816.623)
Gastos com o pessoal	(14.587.983)	(10.684.590)	(307.431)	(3.309.233)	-	(28.889.237)
Gastos de depreciação e amortização	(4.517.799)	(1.188.894)	(249.961)	(129.294)	-	(6.085.948)
Ajustamentos, provisões e imparidades	(120.944)	(178.606)	-	349.209	-	49.659
Outros custos e proveitos operacionais	4.226.722	(140.338)	113.914	(6.452)	(4.551.000)	(357.154)
Resultado operacional por segmento	11.257.917	(869.967)	(281.008)	(769.985)	-	9.336.957
Juros e outros gastos e perdas financeiros						(2.358.147)
Outros rendimentos e ganhos financeiros						124.751
Resultados financeiros						(2.233.396)
Resultado antes de imposto						7.103.561
Imposto sobre o rendimento do período						(1.784.196)
Resultado atribuível aos interesses que não controlam						(23.358)
Resultado atribuível aos acionistas da empresa						5.296.007

<u>Março 2014</u>	<u>Cuidados de saúde privados</u>	<u>Cuidados de saúde públicos</u>	<u>Outras atividades</u>	<u>Holding e ACE</u>	<u>Eliminações</u>	<u>Consolidado</u>
Rendimentos operacionais						
Clientes externos	77.575.939	23.113.164	829.223	130.254	-	101.648.580
Intersegmentais	<u>226.809</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.117.572</u>	<u>(3.344.381)</u>	<u>-</u>
Total de rendimentos operacionais	77.802.748	23.113.164	829.223	3.247.826	(3.344.381)	101.648.580
Inventários consumidos e vendidos	(9.407.051)	(4.817.458)	(1.366)	-	-	(14.225.875)
Materiais e serviços consumidos	(43.118.803)	(7.820.449)	(659.044)	(1.271.780)	7.822.544	(45.047.532)
Gastos com o pessoal	(14.001.254)	(9.775.732)	(318.385)	(2.463.757)	-	(26.559.128)
Gastos de depreciação e amortização	(5.373.039)	(1.366.066)	(246.349)	(67.044)	-	(7.052.498)
Ajustamentos, provisões e imparidades	(160.424)	(100.502)	-	90.247	-	(170.679)
Outros custos e proveitos operacionais	<u>4.144.195</u>	<u>(1.823)</u>	<u>127.437</u>	<u>(7.974)</u>	<u>(4.478.163)</u>	<u>(216.329)</u>
Resultado operacional por segmento	9.886.372	(768.866)	(268.484)	(472.482)	-	8.376.539
Juros e outros gastos e perdas financeiros						(2.135.329)
Outros rendimentos e ganhos financeiros						<u>115.310</u>
Resultados financeiros						(2.020.019)
Resultado antes de imposto						6.356.520
Imposto sobre o rendimento do período						(1.765.966)
Resultado atribuível aos interesses que não controlam						<u>16.992</u>
Resultado atribuível aos acionistas da empresa						<u><u>4.607.546</u></u>

No que diz respeito à dimensão dos principais clientes do Grupo, apenas dois representam uma percentagem superior a 10% dos rendimentos operacionais do respetivo segmento: no segmento de cuidados de saúde privados, a ADSE representa cerca de 32% dos rendimentos operacionais do segmento, incluindo este valor a parte correspondente aos copagamentos efetuados diretamente pelos clientes; e no segmento de cuidados de saúde públicos, a Entidade Pública Contratante representa 99% dos rendimentos operacionais do segmento.

As transações inter-segmento são realizadas a preços de mercado, numa base similar às transações com terceiros.

Os ativos e passivos por segmento de negócio e a respetiva reconciliação com o total consolidado em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 são como segue:

<u>Março 2015</u>	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Holding e ACE	Eliminações	Consolidado
Ativos relativos aos segmentos						
Ativos fixos tangíveis	200.316.675	13.380.523	39.125.630	1.073.882	-	253.896.710
Ativos fixos intangíveis	92.738.381	9.641	-	2.650.572	-	95.398.594
Inventários, clientes e outras contas a receber	105.679.412	31.925.466	638.425	9.101.946	(19.023.578)	128.321.671
Outros ativos	18.920.575	4.601.045	228.233	3.694.381	-	27.444.234
Investimentos em associadas	-	-	-	1.522.503	-	1.522.503
Total do ativo consolidado						506.583.712
Passivo relativos aos segmentos						
Fornecedores e outras contas a pagar	71.078.407	25.048.414	5.421.811	13.819.882	(17.523.578)	97.844.936
Outros passivos	173.948.478	35.629.474	13.089.474	118.261.940	(120.834.863)	220.094.503
Total do passivo consolidado						317.939.439
<u>Dezembro 2014</u>	Cuidados de saúde privados	Cuidados de saúde públicos	Outras atividades	Holding e ACE	Eliminações	Consolidado
Ativos relativos aos segmentos						
Ativos fixos tangíveis	201.697.106	14.181.018	39.021.766	1.109.438	-	256.009.328
Ativos fixos intangíveis	92.749.875	13.615	-	2.738.840	-	95.502.330
Inventários, clientes e outras contas a receber	96.861.151	36.863.025	267.438	20.013.546	(23.517.082)	130.488.078
Outros ativos	16.164.307	3.594.803	161.935	341.586.478	(340.826.839)	20.680.684
Investimentos em associadas	-	-	-	1.473.180	-	1.473.180
Total do ativo consolidado						504.153.600
Passivo relativos aos segmentos						
Fornecedores e outras contas a pagar	61.289.664	21.127.720	5.046.470	13.548.829	(11.182.778)	89.829.905
Outros passivos	176.651.569	43.509.683	11.611.781	142.643.670	(143.304.582)	231.112.121
Total do passivo consolidado						320.942.026

05. RÉDITO POR SERVIÇOS PRESTADOS

	Mar 2015	Mar 2014
Prestação de cuidados de saúde		
Hospitais e clínicas ambulatorias	79.828.219	75.647.189
Hospitais SNS	24.139.594	23.119.546
Hospitais residenciais	1.769.757	1.505.806
Residências sénior com serviços	888.271	812.194
Outros serviços	211.534	201.578
	106.837.375	101.286.313

06. MATERIAIS E SERVIÇOS CONSUMIDOS

	Mar 2015	Mar 2014
Subcontratos	22.626.810	22.012.936
Honorários	14.538.959	13.149.345
Trabalhos especializados	2.251.443	2.295.356
Conservação e reparação	1.905.346	1.998.074
Rendas e alugueres	1.515.952	1.716.306
Eletricidade	1.174.764	1.091.229
Vigilância e segurança	524.208	519.694
Comunicação	385.374	406.836
Combustíveis e outros fluidos	471.803	458.633
Seguros	258.046	215.867
Água	191.833	185.539
Publicidade	316.381	193.627
Materiais	177.222	233.563
Deslocações e estadas	151.867	116.320
Outros materiais e serviços consumidos	326.615	454.207
	46.816.623	45.047.532

Os honorários e os subcontratos registam essencialmente os montantes pagos a profissionais de saúde das diversas unidades do Grupo. O aumento das duas rubricas

deve-se ao incremento de atividade face a 2014.

Os trabalhos especializados dizem respeito em grande parte a custos com sistemas informáticos, enquanto os custos com conservação e reparação dizem respeito aos principais contratos de manutenção.

07. GASTOS COM O PESSOAL

	Mar 2015	Mar 2014
Remunerações dos órgãos sociais	1.319.035	854.158
Remunerações do pessoal	21.837.362	20.500.442
Encargos sobre remunerações	4.686.538	4.329.664
Outros gastos com o pessoal	1.046.302	874.864
	28.889.237	26.559.128

O número médio de colaboradores ao serviço do Grupo LUZ SAÚDE no primeiro trimestre de 2015 foi de 4.777 (primeiro trimestre de 2014: 4.410).

08. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os movimentos líquidos ocorridos nas rubricas de ativos fixos tangíveis e intangíveis podem ser apresentados como se segue:

	Ativos fixos tangíveis				Ativos fixos intangíveis			
	Terrenos e edifícios	Equipamento básico e de transporte	Outros ativos tangíveis	Ativos tangíveis em curso	Total	Goodwill	Outros ativos intangíveis	Total
Valor líquido								
Em 31 de dezembro de 2014	196.113.144	31.738.281	2.379.509	25.778.394	256.009.328	94.481.384	1.020.946	95.502.330
Adições	1.266.083	1.550.940	346.313	766.398	3.929.735	-	9.502	9.502
Alienações e abates, líquidos	(20.086)	(173)	-	-	(20.259)	-	-	-
Transferências e ajustes	1.010.194	(9.592)	6.929	(1.007.531)	-	-	(49.384)	(49.384)
Depreciação/amortização do período	(2.695.185)	(3.097.303)	(229.606)	-	(6.022.094)	-	(63.854)	(63.854)
Em 31 de março de 2015	195.674.150	30.182.153	2.503.145	25.537.261	253.896.710	94.481.384	917.210	95.398.594

O investimento bruto do Grupo nos primeiros três meses de 2015 atingiu cerca de 4 milhões de euros, em que se destacam cerca de 1,0 milhões de euros para o lote de terreno para a

expansão da Clínica de Oeiras e cerca de 0,9 milhões de euros para a expansão do parque de estacionamento do Hospital da Luz.

Em 31 de março de 2015, não existiam compromissos contratuais relativos à aquisição de ativos fixos tangíveis.

Alguns dos imóveis do Grupo estão dados como garantia a instituições financeiras para garantir financiamentos bancários.

09. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Mar 2015	Dez 2014
Cientes	71.705.847	82.372.786
Cientes de cobrança duvidosa	8.585.305	8.565.062
Ajustamentos para dívidas de clientes	(8.585.305)	(8.565.062)
	71.705.847	82.372.786
Adiantamentos a fornecedores	385.406	789.245
Estado e outros entes públicos	1.711.814	1.820.608
Outros devedores	2.273.077	1.693.787
Ajustamentos para outras contas a receber	(1.463.750)	(1.379.019)
Acréscimos de rendimentos	41.083.679	33.642.876
Gastos diferidos	5.004.821	3.838.707
	48.995.047	40.406.204
	120.700.894	122.778.990

O decréscimo da rubrica de Clientes resulta essencialmente do saldo em 31 de dezembro de 2014, incluir um valor de aproximadamente 11 milhões de euros a receber do Estado Português no âmbito do contrato de Gestão do Hospital Beatriz Ângelo, relativo ao acerto de contas do exercício de 2013. Este valor foi recebido nos primeiros dias do mês de janeiro.

A rubrica de acréscimos de rendimentos inclui os valores dos processos clínicos pendentes de faturação, e o diferencial no âmbito do contrato de gestão do Hospital Beatriz Ângelo, entre o valor da produção efetiva anual e os montantes faturados mensalmente (1/12 de 90% do valor anual acordado). O incremento do saldo de acréscimos de rendimentos resulta essencialmente do facto de ainda estar em curso o processo de validação da remuneração do contrato de gestão do Hospital Beatriz Ângelo relativamente ao exercício de 2014, pelo que o saldo em março de 2015 reflete a atividade não faturada de um período

de 15 meses, que compara com 12 meses em dezembro de 2014.

Os valores a receber do Estado e outros entes públicos correspondem, na sua maioria, a IVA a recuperar e a pagamentos por conta de IRC.

10. CAPITAL E RESERVAS

Capital

O Capital Social da empresa é composto por 95.542.254 ações ordinárias escriturais com valor nominal de um euro.

Reservas

No âmbito do Plano de pagamento com base em ações que o Grupo tem implementado, no período de três meses findo em 31 de março de 2015, foi registado um aumento em reservas de 113.334 euros, que acresce ao valor anteriormente registado no âmbito do referido plano de 997.133 euros, totalizando um valor acumulado de 1.110.467 euros.

11. RESULTADO POR AÇÃO

	Mar 2015	Mar 2014
Básico		
(1) Resultado atribuível aos acionistas da empresa	5.296.007	4.607.546
(2) Número médio de ações	95.487.869	92.255.869
(3) = (1) / (2) Resultado básico por ação	0,055	0,050

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 a empresa teve 95.542.254 ações ordinárias (nota 10) em circulação, detendo na sua posse ao longo de todo este período 54.385 ações próprias.

Em 31 de março de 2015 e 2014, a empresa não tem instrumentos financeiros, com efeito diluidor, pelo que o resultado básico por ação é igual ao resultado diluído por ação.

12. PROVISÕES

O movimento na rubrica de Provisões entre 31 de dezembro de 2014 e 31 de março de 2015 é composto por:

	Processos judiciais	Processos fiscais	Responsabilidades com participadas	Outras	Total
Em 31 de dezembro de 2014	64.656	4.048.443	2.800.000	1.390.977	8.304.076
Reversões	-	-	(450.000)	(50.000)	(500.000)
Adições	-	-	-	178.605	178.605
Efeito em resultados	-	-	(450.000)	128.605	(321.395)
Em 31 de março de 2015	64.656	4.048.443	2.350.000	1.519.582	7.982.681

13. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Mar 2015	Mar 2014
Fornecedores	24.980.036	26.785.786
Fornecedores de imobilizado	2.282.198	1.387.901
	27.262.234	28.173.687
Adiantamentos de clientes	6.291.785	5.146.782
Estado e outros entes públicos	3.670.289	3.761.639
Outros credores	6.414.707	6.850.333
Honorários a liquidar	13.116.686	12.622.993
Rendimentos diferidos DUV's	4.234.592	4.306.123
Acréscimos de gastos com DUV's	1.226.063	1.287.615
Remunerações a pagar	24.240.820	18.333.219
Juros a pagar	1.332.981	146.778
Outros rendimentos diferidos	27.821	146.591
Outros acréscimos de gastos	9.827.427	8.655.083
	70.383.171	61.257.156
Imposto sobre o rendimento a pagar	3.006.734	1.441.138
Total corrente	100.652.139	90.871.981
Fornecedores não corrente	199.531	399.061
	100.851.670	91.271.042

O aumento dos Adiantamentos de clientes resulta principalmente dos valores adiantados pelo Estado relativos à produção do Hospital Beatriz Ângelo e também do crescimento generalizado da atividade das restantes unidades.

O aumento da rubrica de Remunerações a pagar está relacionado com o facto do pagamento das remunerações variáveis de 2014 e o gozo de férias por parte dos colaboradores do Grupo acontecerem, maioritariamente nos segundo e terceiro trimestre do ano.

O aumento da rubrica de Juros a pagar resulta dos prazos contratados de pagamento dos juros, das diferentes linhas de financiamento que o Grupo utiliza.

Os Rendimentos diferidos DUV's (Direitos de utilização vitalícia) estão relacionados com a atividade das Residências Sénior com Serviços, em que o rédito da venda desses direitos é reconhecido inicialmente em rendimentos diferidos, sendo transferido para resultados, de forma constante, ao longo dos anos de vida esperada de cada cliente. Os acréscimos de gastos com DUV's resultam do reconhecimento dos gastos associados a contratos de utilização vitalícia.

14. EMPRÉSTIMOS E PASSIVOS POR LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos das rubricas de empréstimos bancários e locação financeira, apresentam as seguintes maturidades:

Março de 2015

	Até 12 meses	12 a 24 meses	24 a 36 meses	Mais de 36 meses	Total
Papel comercial	27.309.993	12.505.126	44.451.838	73.500.000	157.766.957
Empréstimo bancário	4.098.011	5.532.868	9.040.455	4.451.278	23.122.612
Conta corrente	1.169.562	-	-	-	1.169.562
	32.577.566	18.037.994	53.492.293	77.951.278	182.059.131
Locação financeira	7.998.114	4.570.513	3.686.696	10.390.482	26.645.805
	40.575.680	22.608.507	57.178.989	88.341.760	208.704.936

Dezembro de 2014

	Até 12 meses	12 a 24 meses	24 a 36 meses	Mais de 36 meses	Total
Papel comercial	26.728.415	15.018.361	44.434.745	73.508.574	159.690.095

Empréstimo bancário	5.554.900	5.543.717	9.055.911	1.859.432	22.013.959
Conta corrente	10.952.500	-	-	-	10.952.501
	<u>43.235.815</u>	<u>20.562.078</u>	<u>53.490.656</u>	<u>75.368.006</u>	<u>192.656.555</u>
Locação financeira	8.552.051	5.082.975	3.502.290	11.279.071	28.416.387
	<u>51.787.866</u>	<u>25.645.053</u>	<u>56.992.946</u>	<u>86.647.077</u>	<u>221.072.942</u>

Adicionalmente às linhas de crédito apresentadas acima, existe uma dívida com o Banco Espírito Santo (BES) no montante aproximado €4,3 milhões (dezembro 2014: €5,05 milhões), que se encontra registada no passivo na rubrica de Outras contas a pagar, em virtude das medidas de intervenção aplicadas pelo Banco de Portugal terem inibido a concessão de crédito por parte do BES.

As linhas de crédito contratadas pelo Grupo, são integralmente denominadas em euros, estão sujeitas a taxas de mercado (Euribor) com atualização periódica das taxas a ocorrer entre 1 e 6 meses após a data de relato, consequentemente não existem diferenças relevantes entre o valor contabilístico e o justo valor das linhas em utilização na data de relato.

Alguns dos empréstimos supra mencionados contêm restrições/covenants financeiros que são comuns nos contratos de financiamento. As restrições não financeiras típicas incluídas são disposições de negative pledge, garantias prestadas pelos membros do Grupo e pela Sociedade, em especial as restrições à utilização dos recursos de capital, aquisições e disposição dos ativos, obrigações de pari passu, situações de incumprimento que incluam cláusulas de incumprimento cruzado relativamente às sociedades que estão sob controlo ou numa relação de grupo com a respetiva mutuária. Ao nível das restrições financeiras, foram incluídas em determinados contratos obrigações de cumprimento de rácios de dívida para capital próprio destinado ao fundo de maneiio.

Determinados contratos de financiamento das subsidiárias da Sociedade contêm cláusulas de mudança de controlo societário (*change of control provisions*) que obrigam a que a anterior acionista Espírito Santo International, sA (ESI) mantivesse uma posição de controlo, direto ou indireto, na Sociedade. Algumas destas cláusulas de mudança de controlo societário podem ser acionadas se (i) a participação direta ou indireta da ESI descer abaixo dos 51% do capital social da Sociedade, (ii) a participação direta ou indireta da ESI descer abaixo dos 51% do capital social e dos direitos de voto da Sociedade, ou (iii) a ESI deixar de deter, direta ou indiretamente, a maioria do capital social e dos direitos de voto da Sociedade, sem que tenha sido obtida autorização dos credores em causa.

Na sequência da alteração da estrutura acionista da Sociedade não foi recebida qualquer comunicação relativamente à mudança de controlo societário nos termos do descrito no parágrafo anterior.

A 31 de março de 2015, o valor das linhas contratadas (incluindo programas de papel comercial) por utilizar ascendia a aproximadamente 25,5 milhões de euros (dezembro 2014: 22,8 milhões de euros).

15. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

15.1 Caixa e seus equivalentes

A composição de Caixa e seu equivalentes para efeitos da preparação da Demonstração dos fluxos de caixa é a seguinte:

	Mar 2015	Mar 2014
Numerário	774.079	560.926
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	26.670.155	19.473.460
Equivalentes a caixa	-	631.298
Outras aplicações de tesouraria	-	15.000
Caixa e seus equivalentes na demonstração de fluxos de caixa	27.444.234	20.680.684

15.2 Pagamentos relativos a investimentos financeiros

Esta rubrica inclui os valores de empréstimos efetuados à participada HME – Gestão Hospitalar, SA.

16. PARTES RELACIONADAS

Em 17 de outubro de 2014, e na sequência da oferta pública para a aquisição do capital social da LUZ SAÚDE, a Fidelidade – Companhia de Seguros S.A. passou a deter uma posição de controlo de 96,067% na Sociedade, detendo em 31 de dezembro de 2014 uma participação de 98,23%. Até esta data a Espírito Santo Control, com sede no Luxemburgo, foi a *ultimate beneficial owner* do Grupo LUZ SAÚDE.

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. é detida a 84,9861% pela Longrun Portugal, SGPS, S.A., que por sua vez é detida a 100% pela Millenium Gain Limited sediada em Hong Kong. Esta última é detida a 100% pela Fosun Financial Holdings Limited (Hong Kong), a qual é detida a 100% pela Fosun International Limited, empresa listada no mercado de capitais de Hong Kong (00656.HK). Esta é detida a 79,6% pela Fosun Holdings Limited, que por sua vez é detida pela Fosun International Holdings, Ltd., cujo “ultimate beneficial owner” é o senhor Guo Guangchang, que detém 58% do capital social.

Assim para efeitos de apresentação considerou-se, os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações dos períodos findos em 31 de março de 2015 e 2014 com as sociedades que integram o Grupo Fosun.

	Mar 15	Dez 14
(i) Clientes		
Acionistas		
Fidelidade – Companhia de Seguros, SA	1.245.671	1.433.457
Outras partes relacionadas		
Multicare – Seguros de Saúde, SA	3.679.229	2.419.528
Via Direta – Companhia de Seguros, SA	(2.712)	790
Cares – Companhia de Seguros, SA	(621)	(504)
	4.921.567	3.853.271
(ii) Fornecedores		
Acionistas		
Fidelidade – Companhia de Seguros, SA	148.980	-
	148.980	-
	Mar 15	Mar 14
(iii) Rendimentos		
Acionistas		
Fidelidade – Companhia de Seguros, SA – Rédito por prestação de serviços	210.544	187.124
Outras partes relacionadas		
Multicare – Seguros de Saúde, S.A – Rédito por prestação de serviços	7.866.065	7.680.781
EPS - Gestão de Sistemas de Saúde, SA	3.272	-
	8.079.881	7.867.905
(iv) Gastos		
Acionistas		
Fidelidade – Companhia de Seguros, SA – Materiais e serviços consumidos	1.198.298	-
	1.198.298	-

Os valores registados em rendimentos dizem respeito na sua maioria à prestação de serviços de saúde pelas unidades da LUZ SAÚDE, a preços normais de mercado.

Os valores registados em gastos referem-se à atividade normal das respetivas entidades, têm a ver com a aquisição de seguros utilizados pela LUZ SAÚDE e suas participadas, os quais são adquiridos a preços e em condições normais de mercado.

O montante de remunerações dos Órgãos Sociais é divulgado na Nota 7.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a data de encerramento do período a que as presentes demonstrações se referem até ao presente não se verificaram quaisquer eventos relevantes nem com possíveis impactos nestas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

(Sónia Amoedo Matos)

O Conselho de Administração

(Jorge Manuel Batista Magalhães Correia)

(Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz)

(Changzeng Ma)

(José Manuel Alvarez Quintero)

(Xiao Qiang Li)

(Lingjiang Xu)

(Ivo Joaquim Antão)

(João Paulo da Cunha Leite de Abreu Novais)

(José Filipe de Sousa Meira)

(Tomás Leitão Branquinho da Fonseca)

Contactos

**Representante para as Relações
com o Mercado da Luz Saúde**

João Novais

**Gabinete de Relações com
Investidores da Luz Saúde**

Jorge Santos

Email: investors@luzsaude.pt

Telefone: + 351 213 138 260

Fax: + 351 213 530 292